



**Glaucimila Adrielly Belem Lopes
Vasconcelos**



Instituto Federal Goiano (IFGoiano)

glaucimila_adrielly@hotmail.com

Elisabete Alerico Gonçalves



Instituto Federal Goiano (IFGoiano)

elisabete.alerico@ifgoiano.edu.br

Indiara Cristina Pereira Almeida



Instituto Federal Goiano (IFGoiano)

indimarra.2@gmail.com

Paulo Vitor Teodoro de Souza



Instituto Federal Goiano (IFGoiano)

Universidade de Brasília (UnB)

paulovitorteodoro@yahoo.com.br

ORIENTAÇÃO SEXUAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

RESUMO

A formação de professores deve ser um ambiente propício para debates e proposições que superem uma educação, por vezes, preconceituosa, excludente e discriminatória. Diante disso, fizemos um estudo, de cunho quantitativo, a partir da orientação sexual de estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada no Estado de Goiás, Brasil. Assim, apresentamos, neste texto, como é concebida a orientação sexual e a possível inclusão de estudantes pertencentes ao grupo LGBT no meio acadêmico. Para a coleta de dados, utilizamos questionários de natureza estruturada. Percebemos a fundamental importância de discussões sobre a orientação sexual na formação de professores, especialmente na constituição de um espaço dialógico, aberto a uma educação menos desigual, e que as habilidades humanas sejam potencializadas, até mesmo na sensibilização do respeito para as diferenças.

Palavras-chave: Inclusão. Orientação Sexual. Formação de Professores.

SEXUAL ORIENTATION AND THE PROCESS OF INCLUSION IN THE TEACHER EDUCATION

ABSTRACT

Teachers education should be a favorable environment for debates and propositions that go beyond sometimes prejudiced, exclusionary and discriminatory education. Therefore, we conducted a quantitative study based on the sexual orientation of students in Biological Sciences degree course of an University located in the State of Goiás, Brazil. Thus, we present in this text, how sexual orientation is conceived and the possible inclusion of LGBT students in the academic environment. For the data collection, we used structured questionnaires. We realized the fundamental importance of discussions about sexual orientation in teacher education, especially in the constitution of a dialogical space, open to a less unequal education, and that human skills are enhanced, even in the awareness of respect for differences.


Keywords: Inclusion. Sexual Orientation. Teacher education.

Submetido em: 05/10/2018

Aceito em: 17/04/2019

Ahead of print em: 29/07/2019

Publicado em: 31/08/2019

 <http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n24p125-144>



I INTRODUÇÃO

As pesquisas que envolvem discussões sobre sexualidade na Psicologia, Enfermagem e em outras áreas (BAILEY *et al.*, 2016; MIRANDA *et al.*, 2017) têm buscado fundamentar reflexões sobre a identidade de gênero na sociedade, em especial, na formação de professores. O referido tema tem sido alvo de muitas investigações. (JENNINGS, SHERWIN, 2008; RUFINO *et al.*, 2013; RODRIGUES; WECHSLER, 2014; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; SOUZA *et al.*, 2017).

Esses estudos tomaram corpo no Brasil no século XIX, tendo como foco principal a homossexualidade, abordada por “médicos higienistas”. Esses profissionais eram responsáveis por fazerem a “higienização da sociedade” (TREVISAN, 2007). Ainda neste século, tratar da homossexualidade era desenvolver medidas que fossem capazes de sanar os efeitos maléficos para a sociedade que, supostamente, era atribuída aos grupos de pessoas homossexuais (TREVISAN, 2007). Somente a partir do século XX, esse tipo de discussão é parcialmente superada, possibilitando espaços a debates mais educativos. Com isso, a temática começa a ser dialogada sob uma nova didática, “voltada para análises referentes às dificuldades encontradas pelos homossexuais na sociedade brasileira” (FERREIRA, 2007, p. 11).

Até a década de 1980, os debates que envolviam a homossexualidade, bem como o comportamento e a orientação sexual dos grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT)¹, foram envoltos em normas e regras sociais que tratavam do tema com um caráter inferior e desviante. Porém, até os dias atuais, o direito de existência e expressão das diferentes possibilidades da sexualidade, muitas vezes, ainda não é plenamente respeitado. De forma não tão incomum, acontecem ofensas, humilhações e ameaças dirigidas contra manifestações ou sugestões de homossexualidade (DINIS, 2008). Diante do exposto, objetiva-se apresentar neste texto, os resultados de uma investigação sobre como é concebida a orientação sexual e a inclusão de estudantes pertencentes ao grupo LGBT do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas em uma Instituição de Ensino Superior (IES) no Estado de Goiás, Brasil.

Como sustentação da pesquisa, foram aplicados questionários aos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, a fim de analisar o posicionamento da comunidade acadêmica sobre a orientação sexual, verificando a existência de normas e regras culturalmente constituídas no ambiente de formação de professores. Dessa forma, busca-se superar imposições (regras e tabus) muitas vezes implícitas nos ambientes educacionais, tornando a temática atual e de extrema relevância.

¹ Em alguns locais do Brasil, o ‘T’ representa a presença de travestis e transexuais [...], também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento.

2 CORPO TEÓRICO DA PESQUISA: DOS CONCEITOS À HISTÓRIA

Por muito tempo, a sociedade tenta compreender os discursos sobre o corpo e a sexualidade. Durante a história, não faltaram momentos em que a sociedade também procurou colocar suas próprias teorias e verdades, que, de acordo com Foucault (2002, p. 13), é “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui aos verdadeiros efeitos específicos de poder”, adotado ou induzido de acordo com as normas de um sistema. Foucault (2002) discute ainda, que essas normas são regimes, teorias e verdades adotadas pela sociedade.

Kotlinski (2007, p. 2) entende que a diversidade é composta pelas “distintas possibilidades de expressão e vivência social das pessoas, dadas por aspectos de orientação sexual, gênero, sexo, faixa etária, raça/cor, etnia, pessoa com deficiência, entre outros”. Quanto à identidade de gênero, o referido autor (idem, p. 14) diz que, independente do sexo, “um ser humano pode ter a identidade de gênero de mulher, de homem ou ainda outras identidades de gênero possíveis”, uma vez que a identidade de gênero é uma construção social e não uma imposição física ou biológica. Identidade também corresponde à forma como o indivíduo se percebe em relação ao gênero que possui. Por esse motivo é também especificado como *identidade sexual* (ARAGUAIA, 2011). Nesses casos, o sexo biológico discorda do gênero psíquico (a exemplo têm-se os travestis, transexuais e transgêneros).

Kinsey², responsável por estudos sobre o comportamento sexual humano (SENA, 2010), e Klein³ mostram que os aspectos relacionados à homossexualidade não podem ser considerados como doença, mas, como “orientação, comportamento” (MAGALHÃES; RIBEIRO, 2015, p. 5). Assim, conforme Araguaia (2011, p. 2), a orientação sexual “diz respeito à atração que se sente por outros indivíduos. [...] envolve questões sentimentais e não somente sexuais”.

Quando a relação acontece com indivíduos do sexo oposto, a orientação é heterossexual (ou heteroafetiva); e se a atração for por indivíduos do mesmo sexo, a orientação é denominada homossexual (ou homoafetiva). Costumeiramente, as pessoas do gênero masculino, com orientação homossexual, são chamadas de gays e as de gênero feminino, de lésbicas. No caso de interesse por ambos os sexos, são denominados indivíduos bissexuais (ou biafetivos). É importante ressaltar que a orientação sexual não é uma escolha voluntária, mas algo que transcende o indivíduo. Dessa forma, não é alterada por técnicas psicológicas, como eram tratados os casos de homossexualismo pela ciência e a cultura até o início da década de 1970, período em que prevalecia a cultura discriminatória (MAGALHÃES; RIBEIRO, 2015).

² Em 1948 realizou o primeiro estudo sobre a homossexualidade. A pesquisa envolveu 17 mil participantes, e até hoje, por conta dos dados produzidos, é considerado um dos maiores estudos do mundo relacionados ao comportamento sexual humano (SENA, 2010).

³ Em 1985, Klein propôs a utilização da escala KSOG (*Klein Sexual Orientation Grid*), a qual trata do homossexualismo como “comportamento” e “orientação” sexual (MAGALHÃES; RIBEIRO, 2015).

Historicamente, as atitudes excludentes, preconceituosas e discriminatórias, em relação aos indivíduos pertencentes ao grupo LGBT, acontecem em função da postura conservadora e tradicional da nossa sociedade (ADOBO; GUEDES, 2014), cujo modelo prevalente é considerado patriarcal, em que o regime heterossexual é a referência de normalidade. Nesse contexto, qualquer outra orientação sexual é considerada como anômala. O Livro *Gênero e Diversidade na Escola* (BRASIL, 2007), ao abordar os tabus sobre a identidade de gênero e a orientação sexual, diz que:

A distinção radical e absoluta entre homens e mulheres coloca-se como parâmetro da normalidade no que se refere ao gênero, adaptando qualquer ambiguidade corporal e formando condutas coerentes com o ideal do casal heterossexual reprodutor. Homens 'normais' devem se sentir 'masculinos', e mulheres 'normais' devem se sentir 'femininas'. Tudo aquilo que foge a esse parâmetro de normalidade tende a ser considerado 'desvio', 'transtorno', 'perturbação'. (BRASIL, 2007. p.122).

Desde os anos de 1960 e 1970, acontecem lutas e movimentos em busca de igualdade e direitos sociais. Nessas décadas, os movimentos eram integrados por grupos de LGBTs e tinham como objetivo conquistar o reconhecimento como cidadãos - independente de sua orientação sexual. No entanto, aqueles considerados com desvio sexual (por não serem heterossexuais), eram suspeitos de portarem a Síndrome de Imunodeficiência adquirida, definida em inglês como *Acquired Immuno Deficiency Syndrome* (AIDS).

A AIDS, anteriormente conhecida como 'peste gay', acabou por difundir socialmente a ideia de que era uma doença causada pela existência de homossexuais. Tocados pela repercussão, difundida pela epidemia, no Brasil e também em outros países, como os Estados Unidos, grupos de homossexuais começaram a se mobilizar contra as possíveis formas discriminatórias da sociedade (PEREIRA; NICHATA, 2011).

O grupo 'Crise na saúde do gay masculino' (em inglês, *Gay Men's Health Crisis*) foi pioneiro nessa proposta nos Estados Unidos. Fundado pelo escritor Larry Krumer, o grupo invadia eventos científicos, como congressos de saúde, para manifestações. Além disso, realizavam protestos nas ruas em frente às sedes governamentais e tornavam pública a situação de discriminação a que vinham sendo alvos, distribuindo panfletos informativos que combatiam o preconceito e a desmoralização dos homossexuais (PEREIRA; NICHATA, 2011).

No Brasil, a luta contra o preconceito não foi diferente. Segundo Pereira e Nichiata (2011, p. 3.252), o primeiro grupo brasileiro, organizado a partir do movimento homossexual, "denominava-se SOMOS – Grupo de Afirmação Sexual – e tinha como um de seus objetivos protestar contra o terror e o estigma difundidos pelas forças reacionárias na relação da AIDS com a homossexualidade". Ainda entre os anos de 70 e 80, também surgiu o denominado Grupo Gay da Bahia (GGB), que conseguiu uma significativa diminuição do preconceito contra a homossexualidade, tornando-se grande força de mobilização social (BARRETO, 2017).

Nas décadas de 1980 e 1990, surgem as primeiras políticas públicas que posicionam o respeito aos direitos humanos voltados para os homossexuais, sendo discutidas no âmbito político e em cenários de grandes encontros científicos (PEREIRA; NICHIAITA, 2011). Foi então que, na década de 1990, segundo Magalhães; Ribeiro (2015, p. 776): “a homossexualidade é retirada da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS) e não pode mais ser tratada como algo a ser curado ou tratado em qualquer esfera social”. Dessa maneira, a partir de 1990, já não poderia ser considerada doença psiquiátrica.

Entretanto, embora tenham acontecido grandes mobilizações no decorrer da história em defesa da orientação sexual e, mesmo que a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1998) tenha avançado quanto aos aspectos de valorização humana, o enfoque relacionado à temática, especialmente ao homossexualismo, ainda é destaque na contemporaneidade. Apesar dos avanços da sociedade e da luta dos grupos pela liberdade e respeito, segundo Magalhães e Ribeiro (2015, p. 3), o Projeto de Decreto Legislativo, o PDC 234/2011 (BRASIL, 2011), da frente parlamentar evangélica, ainda propôs a nomeada “Cura Gay”.

[...] o projeto trouxe à tona a questão da homossexualidade como uma patologia que poderia ser ‘tratada’ por psicólogos/as. Nesse viés, seriam suspensos os artigos 3º e 4º da Resolução n. 1/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A proposta da bancada evangélica pede a extinção da resolução que trata da postura desses/as profissionais em casos de pacientes homossexuais.

Após inúmeras manifestações em todo o país, contra o retrocesso, o PDC 234, de 02 de junho de 2011 (BRASIL, 2011) foi arquivado. O texto sustava os efeitos da Resolução n.º 001, de 22 de março de 1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que proibia os psicólogos de colaborar com serviços voltados ao tratamento e à cura da homossexualidade e desses profissionais falarem publicamente que a homossexualidade é uma desordem psíquica (BRASIL, 1999).

Ao perpassarmos pelo contexto histórico e contemporâneo vimos que a temática já foi abordada em todos os aspectos sociais, biológicos e psicológicos. Porém, no campo educacional esse assunto ainda é pouco difundido. Segundo Dinis (2008, p.479) “a partir de 1997 pesquisadores da área da Educação de importantes centros universitários do país, têm debatido temas como gênero e sexualidade através de uma visão culturalista, rompendo com o paradigma biologizante predominante”.

Essa mudança de paradigma e as pesquisas nesse campo só foram possíveis pelos movimentos envolvendo os departamentos de Estudos da Mulher, dos Estudos de Gênero e os Estudos Gays e Lésbicos, em algumas das universidades americanas, com o objetivo de minimizar as resistências de sexismo, machismo e homofobia (DINIS, 2008).

A partir de 1985, no Brasil, também se incorporaram discussões e debates sobre a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive na Educação Básica e Superior. A preocupação no combate à doença (AIDS) fez com que esferas governamentais passassem a estimular projetos de

educação sexual. Por exemplo, em 1997, o Ministério da Educação (MEC) incluiu a temática como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

Com a continuidade de ações discriminatórias, inclusive em ambientes educacionais, foi criado em 2005, pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o programa “BSH – Brasil sem Homofobia”, regulamentado pelo Decreto n.º 3.952, de 04 de abril de 2001 e aprimorado pelo Decreto 5.397, de 22 de março de 2005. Esses decretos atribuem competência legal ao combate ao preconceito, à discriminação e à violência contra o grupo LGBT nas áreas da educação, cultura, saúde, trabalho, segurança e quaisquer outros espaços (HENRIQUES, BRANDT, JUNQUEIRA *et al.*, 2007), desencadeando a criação de outras políticas públicas.

A partir do BSH, também foram assumidos compromissos no âmbito educacional, como os de fomento e apoio para cursos de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; além de promover a divulgação de informações científicas sobre a sexualidade e estimular pesquisas e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de LGBTs. Dentre esses compromissos também estão outros, relacionados à produção de materiais educativos como: filmes, vídeos e análise de livros didáticos, dentre outros (HENRIQUES, BRANDT, JUNQUEIRA *et al.*, 2007).

Atualmente, o documento que rege a educação Brasileira são as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2013b), que também apresenta temas transversais, como a Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Além disso, a versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2018), também adere à inclusão, à valorização das diferenças, à pluralidade e à diversidade cultural (BRASIL, 2018).

A Escola/Universidade precisa ser reconhecida como um ambiente consentâneo para a dialogicidade, aberta ao processo formativo de contínuas discussões que visam superar ações excludentes. Ao mesmo tempo, torna-se imprescindível a elaboração e execução de políticas públicas que desestabilizem a produção de hierarquias, as opressões e os padrões heteronormativos e machistas, arraigados culturalmente na sociedade.

3 METODOLOGIA

Os resultados que este texto apresenta, referem-se a uma pesquisa de cunho quantitativo, considerando dados coletados sobre a orientação sexual e a possível inclusão de estudantes LGBT no curso de Formação de Professores de Ciências Biológicas de uma IES pública, localizada no Estado de Goiás, Brasil.

Optamos pela pesquisa quantitativa já que, segundo Marconi e Lakatos (2006, p. 256), essa modalidade é caracterizada como “a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo,

por meio de uma amostra que o represente estatisticamente”. Algumas das características da pesquisa quantitativa em educação são: obedecer a um plano pré-estabelecido, com intuito de enumerar ou medir eventos; utilizar a teoria para desenvolver as hipóteses e as variáveis da pesquisa; empregar, geralmente, para a análise dos dados, instrumental estatístico; ter questionários elaborados com questões fechadas, testes e *checklists* como instrumento para coleta de dados (MARCONI e LAKATOS, 2006).

Utilizamos o questionário como instrumento de coleta de dados. Segundo Gil (2006, p. 128), o questionário pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas”. O instrumento foi dividido em duas partes: a primeira se refere às condições socioeconômicas dos participantes; e a segunda, da percepção de gênero e sexualidade dos futuros professores, conforme é mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Áreas de estudo

Área	Subárea
(1) Perfil dos discentes	(1.1) Gênero, idade, estado civil
	(1.2) Naturalidade
	(1.4) formação
(2) Orientação e percepção sexual dos discentes	(2.1) Orientação sexual
	(2.2) Convivência no meio social e escolar com pessoas de orientação sexual diferente
	(2.3) Grau de preconceito dos discentes quanto ao grupo LGBT
	(2.4) Preconceito dentro do ambiente acadêmico da IES
	(2.5) Opinião dos discentes quanto à aceitação do grupo LGBT.

Fonte: os autores (2018).

Os dados obtidos foram sistematizados e organizados para análise e interpretação, possibilitando a identificação da orientação sexual de cada participante da pesquisa. Ao total tivemos 56 discentes envolvidos, pertencentes ao 2.º, 4.º, 6.º e 8.º períodos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Para sustentar a nossa análise, apontaremos, quando necessário, relatos dos participantes. É importante apontar que garantiremos o anonimato dos envolvidos, utilizando, assim, nomes fictícios: Sara, Roger, Joana, Lucas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

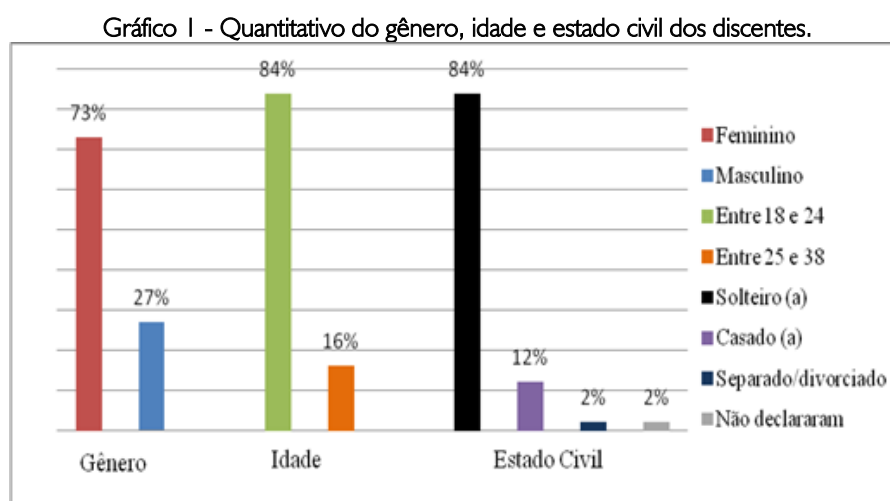
Os cursos de licenciatura têm a peculiaridade de preparar profissionais que irão lidar com a formação de outras pessoas. O fato é que o professor da Educação Básica possui a grande responsabilidade de ser, muitas vezes, o amparo principal dos estudantes. Assim, crianças e/ou jovens geralmente enraízam como verdades absolutas os discursos presentes durante as aulas. Disso surge à preocupação em estabelecer práticas e ações formativas que possibilitem os futuros professores serem inseridos em

momentos de diálogos e reflexão, visando buscar proposições antiexcludentes que possam ser implementadas na escola.

Dessa forma, conhecer o perfil dos futuros professores é fundamental para que possamos agir pontualmente, tanto nos documentos que regem os cursos de licenciatura das IESs, quanto às práticas formativas na formação inicial. Diante disso, apresentamos inicialmente, o perfil dos discentes participantes da pesquisa e, em seguida, discorreremos sobre a orientação e percepção sexual dos futuros professores de Ciências Biológicas.

4.1 Perfil dos discentes

Foram aplicados 56 questionários aos discentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do período noturno. No Gráfico 1, estão dispostos os perfis dos participantes.



Fonte: os autores (2018).

Como demonstra o gráfico, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas apresenta um perfil, predominantemente feminino. São 73% ($n=41$) discentes do gênero feminino e 27% ($n=15$) masculino, confirmando a presença majoritária de mulheres, que estão concentradas entre a faixa etária de 18 a 24 anos.

O estado civil dos discentes pode ser visualizado também no Gráfico 1, sendo a maioria solteiros (as). De acordo com Silva e Silva (2010, p. 12), “a condição de solteiros é uma circunstância que colabora para o desempenho do acadêmico, pois lhe possibilita mais tempo e dedicação aos estudos”. Desse quantitativo de solteiros (as), 84% ($n=47$), a maioria ainda reside com os pais, conforme apresenta a Tabela 1.

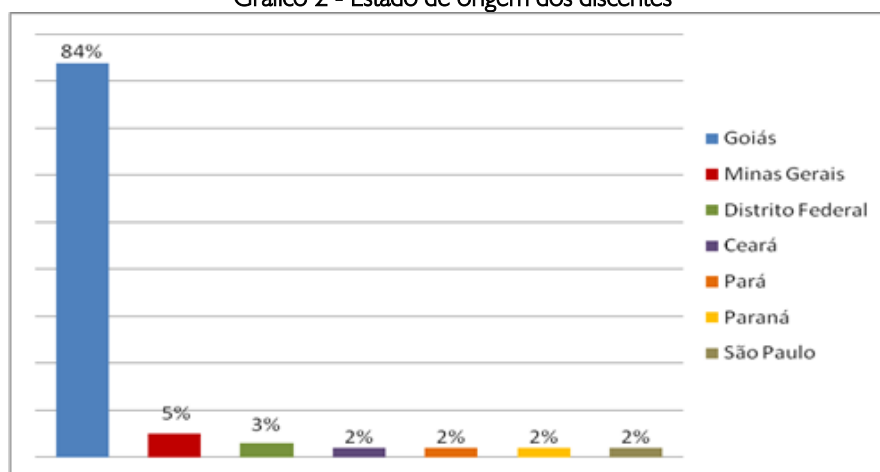
Tabela 1 - Estado civil dos discentes e com quem moram.

Estado civil	Local de residência	Quantitativo / n°
Solteiros	Com os pais	64% /n= 35
	Sozinhos	13% /n= 8
	Com parentes	4% /n= 2
	Não declararam	5% /n= 3
	Com amigos	2% /n= 1
Casados	Com cônjuges	12%/n=7

Fonte: os autores (2018).

Quanto ao local de origem, o Gráfico 2 apresenta quantitativo de discentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, por Estado, no contexto da nossa pesquisa.

Gráfico 2 - Estado de origem dos discentes



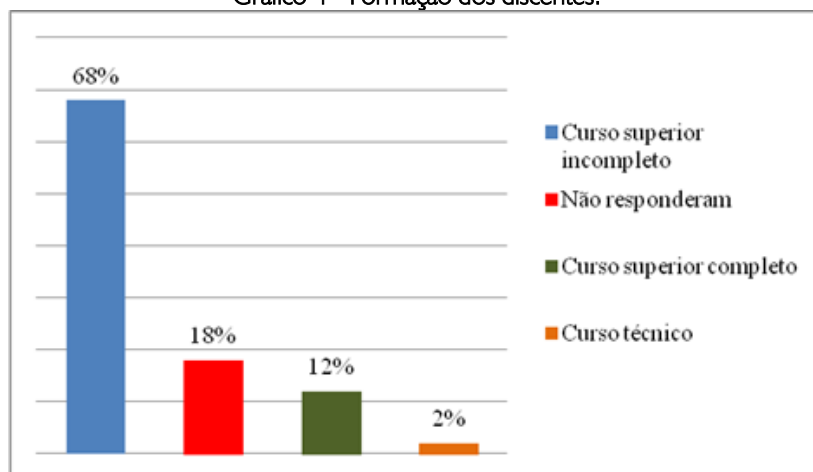
Fonte: os autores (2018).

Podemos observar a presença de licenciandos de sete unidades federativas brasileiras (seis Estados e o Distrito Federal), o que pode justificar também a diferença cultural (crenças e costumes) na instituição em que realizamos a pesquisa. No entanto, o respeito à diversidade independente da naturalização, precisa (e deve) ser aceita no ambiente de formação de professores, mas segundo Miranda e colaboradores (2017), o que principalmente tem influenciado a aceitação de grupos minoritários, tem relação com o nível de estudo e instrução intelectual de uma família, não sendo necessariamente, o Estado/Cidade de origem. Com isso, regiões brasileiras que possuem menos pessoas com acesso à educação podem refletir em mais ações excludentes da sociedade por isso, a importância de expandirmos a escolarização. Todavia, essa expansão não deve permanecer restrita apenas à Educação Básica, mas estender-se até à Educação Superior, o que requer políticas públicas de democratização do ensino (SILVA *et al.*, 2017).

Na pesquisa também foi verificado o perfil ocupacional dos participantes: 48% (n=27) possuem o estudo como atividade principal (não exercem atividades remuneradas); 14% (n=8) são bolsistas de Programas de Iniciação Científica ou Iniciação à Docência (Pibid); e 38% (n=29) estudam e exercem atividades remuneradas.

Os participantes da pesquisa também foram questionados sobre outras formações, conforme é mostrado no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Formação dos discentes.



Fonte: os autores (2018).

O Gráfico 4 mostra que a maioria dos discentes ($n=38$), tem curso superior incompleto, que, neste caso, é o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas em andamento; 12% ($n=7$) tem curso superior completo em outra área e estão cursando Ciências Biológicas como segunda graduação e 2% ($n=1$) tem cursos de profissionalização técnica, concomitante ou subsequente ao ensino médio. Os estudantes que não responderam totalizaram 18% ($n=10$).

Os participantes da pesquisa acreditam que grupos LGBT possuem mais dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Um dos estudantes afirmou que “algumas empresas temem em contratar pessoas com orientação sexual que não seja de hetero” (Joana). Outro estudante diz que, “não é somente o preconceito, mas uma sociedade que não aceita pessoas com orientação sexual diferente nos círculos de amigos” (Sara). Além disso, percebe-se por meio dos relatos, que o preconceito é evidente em qualquer ambiente como afirma o aluno Lucas: “Até com as próprias famílias é difícil a aceitação de quem não seja hetero”.

Assim, Siqueira *et al.*, (2009), destacam que os não heterossexuais, quando minoria, têm maior dificuldade para obter seus direitos, inclusive no meio organizacional em virtude da homofobia e do heterossexualismo. Destarte, Siqueira *et al.* (2009, p. 450) dizem que:

[...] é contraditório se pensar que, por um lado, as organizações se mostram mais abertas aos homossexuais – desde que não sejam efeminados e nem saiam do padrão social mínimo pré-estabelecido, mas, por outro, o empregado gay teme um possível *coming out*⁴, seus efeitos e,

⁴ O processo por meio do qual o homossexual revela sua orientação sexual a outras pessoas (sejam familiares, amigos, colegas de trabalho ou estranhos) tornando-se visível, culturalmente inteligível e desafiando abertamente o discurso sexual hegemônico (SIQUEIRA *et al.*, 2009).

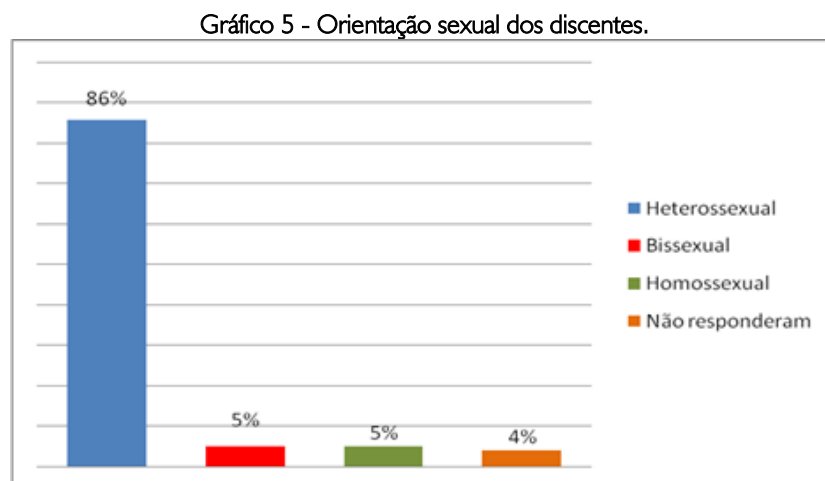
principalmente, a omissão da empresa que, apesar de lhe conceder alguns benefícios equivalentes aos concedidos aos heterossexuais, não o protege de atos discriminatórios.

Nesse sentido, atualmente, reivindica-se a inclusão da categoria de gênero, assim como a da etnia na análise dos fenômenos sociais, com o objetivo de retirá-los da invisibilidade. É preciso respeitar as diferenças existentes entre os seres humanos e acabar com as discriminações.

Como mencionam Coelho e Campos (2015, p. 894), a sexualidade é considerada uma “construção pessoal influenciada por fatores sociais e históricos [...]”, por esse motivo, para se promover a inclusão dos LGBTs, a sociedade precisa superar a visão biologizante com relação à sexualidade e ao gênero (LOURO, 2015). Como menciona a autora, (idem, p. 9): “as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade”. Sociedade esta, que estigmatiza e exclui fazendo com que os LGBT vivam, segundo Mott (2002, p. 144), “numa espécie de vácuo identitário e sob efeito perverso da alienação, com baixa autoestima, e incapazes de ações afirmativas”. Por esse motivo, a escola é o lugar para promover debates sobre esse contexto e os professores de ciências são, muitas vezes, considerados e reconhecidos como aptos para abordar esse tema, por isso, a relevância de se verificar o sentido atribuído à sexualidade por esses profissionais e também pelos estudantes (COELHO e CAMPOS, 2015), especialmente no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

4.2 Orientação e percepção sexual dos discentes

Com relação à orientação e percepção sexual, apresentaremos, no Gráfico 5, os resultados obtidos no diagnóstico sobre a orientação sexual dos participantes na pesquisa.



Fonte: Questionário aplicado aos discentes (2016).

Como mostra o Gráfico acima, os discentes se identificam, em sua maioria, como heterossexuais. Dos 56 participantes, 86% (n=48) se declararam heterossexuais. Já 5% (n=3) se declararam bissexuais, 5% (n=3) homossexuais e 4% (n=2) não responderam.

Verificamos ainda, que no grupo de discentes pesquisados, não houve declarações de orientações sexuais de lésbica e transexual. Esse fato pode ter ocorrido por medo de possíveis preconceitos que poderiam ser gerados. É importante ressaltar que, mesmo que o instrumento de coleta de dados não identificasse os participantes, nem todos se sentiram seguros para responder o questionário.

Miranda e colaboradores (2017) mencionam que diante da escolha da homossexualidade, garantida pelo direito à liberdade, desencadeia-se também o processo inicial para a garantia do respeito. Então, todos são livres para ter sua própria orientação sexual e, principalmente, ter direito à privacidade.

Com relação à convivência no meio social e dentro da sala de aula com pessoas de orientação sexual diferente, podemos observar na Tabela 2 os seguintes resultados:

Tabela 2 - Convivência no meio social e escolar com pessoas de orientação sexual diferente

Quantidade	Convivência com pessoas de orientação sexual diferente	
	No meio social	Na sala de aula
Maioria	12%	9%
Algumas	70%	46%
Somente uma	5%	13%
Não	13%	7%
Não declararam	-	5%
Não sabiam	-	20%

Fonte: os autores (2018).

Como mostra a Tabela 2, os discentes convivem de alguma forma com pessoas de orientação sexual diferente, seja no meio social, seja em sala de aula. E, por ser um dos principais espaços de socialização, a instituição educacional permite uma convivência maior com a diversidade. Nesse sentido, a convivência com pessoas LGBTs provoca uma diminuição do preconceito, já que permite conviver com pessoas de diferentes orientações, corroborando para deixar (ou minimizar) a imagem preconceituosa (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com a Tabela 2, a maioria dos acadêmicos afirma que convivem com pessoas no meio social, sendo que 46% (n= 12) estão em sala de aula, o que se torna um índice bem mais elevado quando comparado ao gráfico anterior (Gráfico 5). Dessa maneira é possível verificar que a autoaceitação, medo, dentre outros fatores, ainda são questões que precisam ser superadas por estudantes LGBTs.

No que se refere ao preconceito, a Tabela 3 dispõe os seguintes resultados:

Tabela 3 - Grau de preconceito dos discentes quanto ao grupo LGBT.

Número de entrevistados	Contra o Grupo	Grau de preconceito / n°
56	Não possui preconceito	61% /n= 34
	Todo LGBT	25% /n= 14
	Transexuais	7% /n= 4
	Homossexuais	5% /n= 3
	Bissexuais	2% /n= 1

Fonte: os autores (2018).

Analisando a Tabela 3, observa-se que o percentual dos que se declararam não preconceituosos, 61% (n= 34), é superior à soma dos que se declararam preconceituosos contra algum grupo 39% (n= 22). O grupo de lésbicas não foi citado separadamente, demonstrando que os discentes não apresentam preconceito contra esse grupo de um modo específico.

Diante desses resultados, podemos observar que os discentes estão distantes da real aceitação sobre a orientação sexual, pois apesar de mais da metade se declararem não preconceituosos, a diferença de 22% (n= 12) ainda é elevada, pois na tabela anterior, a grande maioria convive com pessoas de outra orientação sexual. O que se constata é que parecem interiorizar posições de uma tolerância politicamente correta.

Dinis (2008) considera que mesmo em um mundo repleto de pluralidade cultural, as instituições de ensino continuam silenciando os demais modelos de aceitação sexual em detrimento de um modelo unificador. Além disso, o que ocorre é a prevalência de um padrão culturalmente construído de heteronormatividade, como afirma Louro (2009, p. 90).

Esse alinhamento (entre sexo-gênero-sexualidade) dá sustentação ao processo de heteronormatividade, ou seja, à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual. Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou deveriam ser) heterossexuais [...]. Os outros, que fogem à norma, poderão, na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados, [...]; quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos.

Com relação ao preconceito dentro do ambiente acadêmico observado pelos discentes pesquisados, a Tabela 4 mostra os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário.

Tabela 4 - Preconceito dentro do ambiente acadêmico.

Número de entrevistados	Manifestação de preconceito	Grau de manifestação de preconceito/n
56	Forte, porém diminuindo.	41% /n= 23
	Pouca	38% /n= 21
	Forte e não vai mudar	17% /n= 10
	Não observa manifestações	4% /n= 2

Fonte: os autores (2018).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 4, verifica-se que, o espaço de convívio também pode ser o de manifestação de preconceitos, apesar de estar diminuindo como mostram os índices.

Dos que responderam que ainda há manifestações fortes de preconceito, 10% (n=6) eram bissexuais e 10% (n=6) homossexuais. Esses afirmaram que continuam sendo vítimas de preconceito por causa da sua orientação sexual dentro da instituição e 1% afirmou “já ter sido agredido por causa de sua orientação sexual” (Roger). O que chama a atenção é que, em relação à tabela 3, um número expressivo de participantes diz não ser preconceituoso. Porém, segundo a Tabela 4, o que se mostra é o contrário.

Com relação ao preconceito, Ferreira (2007) discute que é preciso superar as atitudes que causam violências e inferiorizações na sociedade, e mais, congelar, combater, impedir a intolerância de tal forma que possamos orientar a capacidade formativa e humana das pessoas. Humanizar implica o conhecimento de direitos, no desenvolvimento dos aspectos sociais da vida cidadã, no respeito mútuo, especialmente junto aos grupos minoritários, e, principalmente, na valorização do outro.

Quanto à opinião dos entrevistados, em relação à união civil de pessoas do mesmo sexo, inserimos os resultados na Tabela 5.

Tabela 5 - Grau de aceitação da união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Número de entrevistados	União civil de pessoas do mesmo sexo	Grau de aceitação/n
56	Discordam totalmente	38% / n= 21
	Concordam em partes	18% / n= 10
	Concordam totalmente	14% / n= 8
	Não tem opinião formada	14% / n= 8
	Discordam em partes	7% / n=4
	Indiferentes	7% / n=4
	Não declarou	2% / n=1

Fonte: os autores (2018).

A união homoafetiva tem sido um tema bastante discutido, especialmente após a Resolução n.º 175, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL, 2013a), que aprovou a habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. Assim, o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar merecedora do abrigo do Direito de Família, por mais que tenha sido regulamentada, ainda não está aceita nas escolas, na família e na sociedade em geral.

A Tabela 6 apresenta o quantitativo de discentes com relação à aceitação e a não aceitação do grupo LGBT na família, no grupo de amizades, no grupo de estudos e como colegas de faculdade.

Tabela 6 - Opinião dos discentes quanto à aceitação do grupo LGBT

Você aceitaria ter pessoas destes grupos como:	Lésbicas	Bissexuais	Homossexuais	Travesti	Transexuais
Familiar: pai, mãe, filho (a), irmã (ão)	61%	61%	59%	46%	43%
No meu grupo de amizades ou como amigos de meus filhos	64%	68%	71%	53%	52%
No meu grupo de estudos	75%	75%	75%	61%	61%
Como colegas de curso e de faculdade	75%	75%	75%	61%	61%
Eu não os afastaria da sociedade	84%	78%	80%	66%	62%

Fonte: Questionário aplicado aos discentes (2017).

Os dados contidos na Tabela 6 revelam que as orientações sexuais mais aceitas pelos discentes para conviverem no meio familiar, no grupo de amizades, com colegas de curso e em grupo de estudos são as lésbicas, os bissexuais e os homossexuais. Afirmaram ainda, que não teriam coragem de afastá-los da sociedade.

Uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com jovens de 15 a 29 anos, revela resultados polêmicos. Dos 10.100 jovens entrevistados no Brasil, 47% não querem conviver com um vizinho gay (YARED e LOCKS, 2012), contradizendo os dados apontados na Tabela 6.

Como discute Coelho e Campos (2015), a discriminação contra os grupos LGBTs é um fenômeno culturalmente presente na própria dinâmica social e cultural. Isso nos mostra que o ambiente escolar afeta de alguma forma as concepções dos estudantes. Talvez se este estudo fosse realizado em outros ambientes, além da IES, os dados seriam mais próximos dos resultados divulgados na pesquisa de Yared e Locks (2012). Por isso, mesmo acreditando no potencial transformador da educação, segundo Coelho e Campos (2015, p. 898) a escola ainda “se constitui como um dos espaços propícios para que ocorra o desvelamento de contradições do mundo objetivo, podendo levar a novas ações e relações que busquem alterar e problematizar ideias cristalizadas e aceitas socialmente”. Porém, segundo Louro (2000), a escola permanece sendo um espaço de (re)produção de sujeitos padronizados que se baseia nas representações brancas, masculinas e heterossexuais.

A pesquisa apontou também que entre os amigos a aceitação maior é para os homossexuais. Já na família, os mais aceitos seriam as lésbicas e os bissexuais. Com efeito, Mariuzzo (2003) mostra que a repressão acontece pela família, seja com o próprio silêncio ou discursos; pela igreja, devido aos valores dogmáticos; pelas instituições de ensino, seja pela omissão de responsabilidade na formação do ser humano ou por ações excludentes no próprio ambiente escolar; pelos meios de comunicação, especialmente na banalização dos sentimentos e pela mercantilização do corpo humano (MARIUZZO, 2003).

No grupo de estudos e como colegas de curso e da faculdade, os grupos mais aceitos foram as lésbicas, os bissexuais e os homossexuais. Percebemos que os discentes só se manifestam negativamente quando a inclusão de indivíduos do grupo LGBT refere-se à própria família e no grupo de amizade, mas mesmo assim, a rejeição maior acontece com travestis, transexuais e homossexuais.

Embora os índices não sejam tão expressivos, é preciso lembrar que qualquer tipo de discriminação pode gerar atitudes excludentes. Nesse sentido Yared e Locks (2012) alertam sobre a importância da educação sexual na escola, envolvendo, por finalidade, a normalização das identidades sexuais e de gênero. Também defendemos que sejam desenvolvidos trabalhos coletivos transdisciplinares e problematizadores das representações e significações sociais, num mundo pleno de diversidade. Isso acarretaria a diminuição de gestos homofóbicos no espaço formativo da Escola/Universidade.

Um ato de homofobia produz efeitos que reafirmam, no campo da norma (do normal), o lugar dos sujeitos na posição de impensáveis, tratando um ato de homofobia como a desumanização e desqualificação do outro, por meio de palavras, gestos e condutas (DINIS, 2008).

Claudia Vianna e Sandra Unbehaum (2004 *apud* CADERNOS SECAD, 2007, p. 34) consideram que,

[...] de modo geral, a escola e profissionais da educação estão pouco preparados/as para lidar com a diversidade de gênero. [...] Apesar de toda a complexidade, as políticas públicas educacionais não costumam dar a devida atenção às questões relativas a gênero e diversidade sexual em suas proposições para os sistemas de ensino e para a prática educacional cotidiana das relações escolares.

Por fim, esses fatos estão presentes em todas as modalidades de ensino, porém, com o que foi apresentado, reitera-se que futuros professores de Ciências, assim como em outras áreas do conhecimento, precisam ser inseridos em reflexões relacionadas a gênero e sexualidade durante a formação inicial. Por isso, fazem-se necessárias discussões acadêmicas amplas, que propiciem a inserção dos licenciandos em atividades mais humanizadas, a fim de valorizar a diversidade e a superação de qualquer tipo de ação excludente.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A abordagem da orientação sexual no campo educacional, além de ser importante para a ampliação de um contexto investigativo, se faz necessária também no contexto social. É preciso promover um ambiente em que a discussão, a reflexão dos desejos, crenças, representações, valores, comportamentos, relações e identidades estejam presentes como aspecto primordial para a promoção e valorização das diversidades. Assim, a formação dos futuros professores de Ciências Biológicas no campo da sexualidade,

é de extrema importância para prepará-los acerca das questões que envolvem o gênero e a orientação sexual, como uma forma de inclusão de LGBT, assim como outros grupos minoritários.

Entretanto, o objetivo de verificar a forma de concepção da orientação sexual no meio acadêmico revelou a relevância de repensar o enfoque atribuído ao tema sobre orientação sexual no currículo de formação, uma vez que os discentes estão distantes da real aceitação dessa diversidade no meio acadêmico. Essa difícil aceitação pode ter o embasamento no próprio perfil dos licenciandos já que, conforme os resultados apresentados, possuem dificuldades em aceitar as diferentes orientações sexuais também no meio social.

Defendemos que é preciso trabalhar temáticas inclusivas de forma interdisciplinar e não apenas em uma disciplina isolada, o que pode deixar lacunas na formação dos futuros professores. Entretanto, ressaltamos que o provável despreparo dos licenciandos participantes da pesquisa pode ocorrer por conta de poucos debates sobre o assunto, inclusive pelos próprios docentes do curso. Diante disso, sinalizamos a importância de proposições e trabalhos de sensibilização na comunidade interna das IES como mecanismo fundamental para que haja a (re)construção de saberes plurais no ambiente formativo. É nessa perspectiva que acreditamos ser relevante investigar a orientação sexual e a inclusão enquanto pesquisa, produzindo reflexões emancipatórias na formação de professores.

Consideramos que o ambiente educacional deve se constituir em um espaço educacional menos desigual e mais humanizado, o qual potencialize as habilidades humanas, até mesmo no modo de ver que há diferenças, reconhecendo nelas a liberdade e o direito que cada um tem na escolha de sua orientação sexual. Cabe mencionar a importância em incluir discussões, debates e até disciplinas sobre a orientação sexual nos currículos formativos dos cursos de licenciatura, já que precisa ser trabalhado na Educação Básica, como evidencia as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013b). Preencher essa lacuna vai proporcionar docentes mais preparados para a atuação profissional.

Esperamos que este texto seja somado às discussões que temos sobre orientação sexual nos cursos de formação de professores e que possa contribuir para minimizar (e quiçá, ausentar) ações preconceituosas, talvez ocultas e silenciosas, mas que ainda resiste em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ADOBO, G.; GUEDES, V.L. **Enfrentamento e violência no caminho LGBT pela conquista de direitos**. Agenda Ibero Americana para a Difusão da Ciência e da Tecnologia, 2014. Disponível em: <http://www.dicyt.com/noticia/enfrentamento-e-violencia-no-caminho-lgbt-pela-conquista-de-direitos>. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

ARAGUAIA, M. **Orientação Sexual**. Brasil Escola. 2011. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/orientacao-sexual.htm>. Acesso em 11 de março de 2018.

BAILEY, J. M.; VASEY, P. L.; DIAMOND, L. M.; BREEDLOVE S. M.; VILAIN, ERIC; EPPRECHT, M. Sexual Orientation, Controversy, and Science. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 17, n. 2, p. 45–101, 2016.

BARRETO, L. C. Com quantas cores se faz uma docência? Desvelando a homofobia no espaço escolar. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade) – Universidade Federal do Sudoeste da Bahia, Vitória da Consquista – BA, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão encaminhada ao CNE. Brasília: MEC, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf, acessado em 13 de jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Conselho Pleno. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. **Lex: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**, Brasília, p. 514-542, 2013. Brasília-DF, 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Resolução n.º 001, de 22 de março de 1999. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília-DF, 22/03/1999.

BRASIL. Resolução n.º 175, de 14 de maio de 2013. **Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo**. Brasília-DF, 2013a.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo** – PDC, n.º 234, de 02 de junho de 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Cadernos SECAD, n.º 4. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. MEC/Brasília, 2007.

COELHO, L. J.; CAMPOS, L. M. L. Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. **Ciência & Educação**, v. 21, n. 4, p. 893-910, 2015.

DINIS, N.F. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. **Educação Social**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, 2008.

FERREIRA, R. C. O gay no ambiente de trabalho: análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciências da Informação e Documentação. Brasília: Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L. C.; PANISSON, G. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HENRIQUES, Ricardo. BRANDT, Maria Elisa Almeida. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Orgs) et al. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD. Brasília, DF: MEC, 2007.

JENNINGS, T.; SHERWIN, G. Sexual orientation topics in elementary teacher preparation programs in the USA. **Teaching Education**, v. 19, n. 4, p. 261-278, 2008.

KOTLINSKI, K. **Legislação e Jurisprudência LGBTTTT**: Lésbicas –Gays –Bissexuais –Travestis – Transexuais –Transgêneros. Brasília: Letras Livres, 2007.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 85-93.

MAGALHÃES, J. C.; RIBEIRO, P. R. C. Para além de um corpo transparente: investigando métodos e estratégias de esquadrihar o sujeito homossexual. **História, Ciências, Saúde**, v.22, n.2, p.461-481, 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6 ed. – São Paulo; Atlas, 2006.

MARIUZZO, T. Formação de professores em orientação sexual: a sexualidade que está sendo ensinada nas nossas escolas. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2003.

MIRANDA, C. P. V.; MORORÓ, R. M.; ROCHA, S. M. B. S.; TEODÓSIO, T. B. T.; SILVA, M. A. M.; VIANA, R. S. Educação em saúde e sexualidade: experiência com adolescentes do programa de erradicação do trabalho infantil. **Revista Sanare**, v. 16, n. 2, p. 103-108, 2017.

MOTT, L. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? *In*: CORRÊA, M. *et al.* **Gênero & cidadania**. Campinas: Pagu, 2002. p. 143-156.

OLIVEIRA, T. **Educar para conviver**. Carta Capital, 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/educacao/carta-fundamental-arquivo/educar-para-conviver>. Acesso em: 10 de março de 2018.

PEREIRA, A. J.; NICHIIATA, L. Y. I. A sociedade civil contra a AIDS: demandas coletivas e políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3249-3257, 2011.

RODRIGUES, C. P.; WECHSLER, A. M. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação**: Ensino e Sociedade, v. 1, n. 1, p. 89-104, 2014.

RUFINO, C. B.; PIRES, L. M.; OLIVEIRA, P. C.; SOUZA, S. M. B.; SOUZA, M. M. Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. **Revista eletrônica de enfermagem**, v. 15, n. 4, 983-991, 2013.

SENA, T. Os relatórios Masters e Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a par psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 1, p. 221-239, 2010.

SILVA, E. A.; SILVA, S. A. A. Delineamento de características que definem o aluno ingressante das Faculdades Unidas do Vale do Araguaia. **Revista Univar**, 2010.

SILVA, R. M. S.; AMAURO, N. Q.; SOUZA, P. V. T.; RODRIGUES FILHO, G. Democratização do ensino superior: no contexto da educação brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.12, n.1, p. 294-312, 2017.

SIQUEIRA, M. V. S.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; LIMA, H. K. B.; ANDRADE, A. J. A. **Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal**. Organizações e Sociedade, Salvador, v. 16, n. 50, p. 447-461, 2009.

SOUZA, V.; GAZZINELLI, M. F.; SOARES, A. N.; FERNANDES, M. M.; OLIVEIRA, R. N. G.; FONSECA, R. M. G. S. O jogo como estratégia para abordagem da sexualidade com adolescentes: reflexões teórico-metodológicas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 2, p. 394-401, 2017.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VIANNA e UNBEHAUM, 2004 *apud* CADERNOS SECAD. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, DF: MEC, 2007.

YARED, Y.B.; LOCKS, G.A. Educação e Sexualidade: a compreensão de professoras de ciências e biologia sobre a diversidade sexual. **Percursos**, v.13, n. 2, p. 155-168, 2012.